

## Lançada publicação sobre o sistema tributário



A ANFIP e a Fenafisco lançaram durante o Fórum Internacional Tributário (FIT), realizado de 4 a 6 de junho, em São Paulo, o livro “A Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas”. Trata-se do resultado do grupo de trabalho da Reforma Tributária Solidária, formado por mais de 40 especialistas, coordenados pelo professor de Economia da Unicamp Eduardo Fagnani.

A publicação reúne artigos com uma profunda análise do sistema tributário e traz ao debate propostas para tornar o modelo brasileiro mais solidário. O material contempla 39 artigos, com 804 páginas, divididos em 10 partes. A íntegra está disponível no site da ANFIP.

Segundo Fagnani, o assunto é essencial para o ano em que acontecem as eleições. “A proposta é

um convite para o debate. Queremos apresentar argumentos que não estão em pauta para que a sociedade debata democraticamente”, destacou.

**FIT** – A ANFIP e a Fenafisco, com apoio do Sinafresp, promoveram em São Paulo um dos maiores eventos já realizados sobre sistema tributário. Durante três dias, mais de 20 especialistas se encontraram para uma intensa troca de experiências. Representantes dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), da Europa (Alemanha, Espanha, Inglaterra, Dinamarca e Suíça), da América do Norte (Estados Unidos e México) e da América Latina (Chile e Argentina) se revezaram nas apresentações, relatando minuciosamente o modelo tributário adotado em cada país. As matérias completas estão na Revista Seguridade Social e Tributação.

### Premissas da Reforma Tributária Solidária

- 1 - Deve ser pensada na perspectiva do desenvolvimento
- 2 - Deve estar adequada ao propósito de fortalecer o Estado de bem-estar social em função do seu potencial como instrumento de redução das desigualdades sociais e promotor do desenvolvimento nacional
- 3 - Deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela ampliação da tributação direta
- 4 - Deve avançar no sentido de promover a sua progressividade pela redução da tributação indireta
- 5 - Deve restabelecer as bases do equilíbrio federativo
- 6 - Deve considerar a tributação ambiental
- 7 - Deve aperfeiçoar a tributação sobre o comércio internacional
- 8 - Deve fomentar ações que resultem no aumento das receitas, sem aumentar a carga tributária

**Reforma Tributária é divulgada no Parlamento**  
Página 2

**ANFIP no Congresso Brasileiro de Previdência**  
Página 5

**Geap em debate no Senado Federal**  
Página 7

## Reforma Tributária Solidária no Congresso Nacional

O movimento Reforma Tributária Solidária ganha mais espaço na esfera política. Em junho, o tema foi debatido em duas audiências públicas no Senado Federal. O foco central das discussões foi a viabilidade econômica de uma reforma para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto).

Na audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizada no dia 12/6, estiveram presentes o secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, e o professor da Unicamp Eduardo Fagnani, que é coordenador técnico do projeto. O coordenador-geral do Comitê Nacional de Secretários de Estado da Fazenda (Comsefaz), André Horta Melo, o diretor da Instituição Fiscal Independente, Rodrigo Orair, além de Flávio Castelo Branco, representante da CNI, também participaram da audiência, além do vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes.

A proposta da ANFIP e da Fenafisco foi muito bem aceita pela Comissão. “As diversas propostas de reforma tributária no Brasil pretendem apenas a simplificação dos tributos e não enfrentam as anomalias crônicas do nosso sistema. A aprovação de uma reforma assim pode significar o último suspiro do Estado brasileiro e do pacto federativo posto na Constituição Federal, em 1988”, explicou o presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto.

Em sua apresentação, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, falou sobre a necessidade de mudança do modelo tributário brasileiro, sobre a importância de rever a questão dos lucros e dividendos e



destacou algumas distorções. “É preciso ter previsibilidade para incentivos e renúncia fiscal. As renúncias devem ser tratadas como exceção e não como regra. Também, quanto mais ampla a transparência, melhor, o que permite, inclusive, que a sociedade opine se deve ou não ser concedido o benefício”. Segundo ele, os parcelamentos acabam gerando distorções e concorrência desleal.

Eduardo Fagnani apresentou o manifesto da Reforma Tributária Solidária para a Comissão, ressaltou os principais pontos da proposta e destacou as oito premissas do documento. Segundo ele, o problema do Brasil é um déficit de capitalismo. “Com as atuais políticas, estamos caminhando para um país sem consumidores, na contramão da progressividade da visão capitalista”, destacou o economista.

**CDH** – Com foco no aumento da tributação para as altas rendas e a diminuição dos impostos sobre o consumo, a audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), realizada no dia 21/6, contou com a participação de Clóvis Scherer, economista do Dieese; Pedro Garrido da Costa Lima,

representante do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade; Artur Matos, da Fenafim (Auditores Fiscais de Tributos Municipais); Rafael Georges, da Oxfam Brasil; Fernando Gaiger, pesquisador do Ipea, e Pedro Garrido da Costa Lima, membro do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade.

Também estiveram presentes na audiência pública as vice-presidentes da ANFIP Ilva Franca (Assuntos Parlamentares) e Maria Aparecida Fernandes (Relações Públicas), bem como a presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda.

Segundo Floriano Sá Neto, o grande problema do sistema brasileiro não é a alta carga tributária, como alardeado pela imprensa. “Temos um índice bem próximo ao da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no entanto, o problema está quando olhamos para a composição dessa carga. Estamos na contramão dos países desenvolvidos, uma vez que a maior concentração está sobre consumo e não sobre a renda. Temos muito o que discutir sobre isso”, disse.

## Câmara instala comissão de reforma tributária

O presidente Floriano Martins de Sá Neto acompanhou, dia 13/6, a instalação da Comissão Especial que vai analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 293/2004, que trata da Reforma Tributária.

Por acordo dos líderes partidários, ficou definido que a presidência ficará com o deputado Hildo Rocha (MDB/MA) e a relatoria, com o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR). Também acompanharam os

trabalhos da Comissão no mês de junho a vice-presidente Executiva, Sandra Tereza Paiva Miranda, e as vice-presidentes Ilva Franca (Assuntos Parlamentares) e Marluce do Socorro Soares (Política Salarial).

### Expediente **Linha Direta**

**Linha Direta** é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.  
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907  
Telefone: (61) 3251 8100  
Whatsapp: (61) 98289 5150

**Linha Direta** é publicação mensal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, com tiragem de 9 mil exemplares. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: [comunicacao@anfip.org.br](mailto:comunicacao@anfip.org.br)

**DIRETORA RESPONSÁVEL**  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

**EDITOR**  
Ludmila Machado

**REPORTAGEM**  
Daiana Lima, Indiara Oliveira e Ludmila Machado

**ESTAGIÁRIOS**  
Gabriela Diniz  
Matheus Carvalho

**EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA**  
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

**CONSELHO EDITORIAL**  
Cesar Roxo Machado  
Floriano Martins de Sá Neto  
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade  
(coordenadora)  
Luiz Cláudio de Araújo Martins  
Marluce do Socorro da Silva Soares  
Sandra Tereza Paiva Miranda



[www.instagram.com/anfip\\_](https://www.instagram.com/anfip_)



[www.facebook.com/anfipnacional](https://www.facebook.com/anfipnacional)



[www.twitter.com/anfipnacional](https://www.twitter.com/anfipnacional)



[www.youtube.com/anfipoficial](https://www.youtube.com/anfipoficial)

## ANFIP prepara ação ordinária para pleitear anuênios

Diante do indeferimento do Mandado de Segurança impetrado pela ANFIP no dia 21/6, na 1ª Vara Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, pleiteando o recebimento do percentual de anuênios (adicional por tempo de serviço), a Entidade prepara novo ingresso na Justiça via Ação Ordinária.

Em sua decisão, a juíza Aline Soares Lucena Carnáuba relata que “não há direito líquido e certo violado por ato ilegal ou abusivo de autoridade a ser amparado pela via do Mandado de Segurança, devendo

a parte se valer dos meios ordinários colocados à sua disposição pela legislação processual vigente”.

Desta forma, e conforme determinação do Supremo Tribunal Federal, que exige autorização individual ou coletiva dos representados, a ANFIP realizará assembleia geral a fim de consultar seus associados. A data será divulgada assim que os trâmites forem formalizados junto aos advogados da Entidade.

**Entenda** - O adicional por tempo de serviço, também conhecido como anuênio, foi revogado pela MP 2225-

45/01. Entretanto, ainda que tenha ocorrido a revogação, a própria MP garantiu, em seu artigo 15, inciso II, o respeito às situações existentes até março de 1999. Contudo, a Lei nº 13.464/2017 trouxe previsão legal que está sendo interpretada pela autoridade coatora de forma a não cumprir a previsão do inciso II do art. 15 da MP.

Desta forma, a ANFIP busca na Justiça que seja verificado qual o percentual de anuênios cada associado detinha na data de 8 de março de 1999 para que esse percentual passe a ser pago sobre o vencimento base.

## STF suspende liminar que garantia pagamento em dias de greve

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu as liminares concedidas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) aos sindicatos dos Auditores Fiscais e dos Analistas da Receita Federal do Brasil que determinavam que a União não promovesse descontos de dias não trabalhados em virtude da adesão ao movimento grevista, assim como não aplicasse penalidade disciplinar sob o fundamento exclusivo de participação na greve.

O processo ainda será julgado em definitivo, mas, enquanto não finalizado, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (Cogep) orientou aos Auditores Fiscais que registrassem na folha de ponto o código 62 (falta por motivo de greve), até o dia 12/6. A partir do dia 13/6, o código a ser registrado

será o 65 (código por motivo de greve), para aqueles que continuaram em falta por adesão ao movimento.

Alguns associados da ANFIP haviam entrado em contato questionando sobre se estariam amparados por esta liminar. A Entidade volta a afirmar que não assinou o acordo compactuando com a quebra da paridade, um dos motivos que ensejou a paralização, pois sua opção foi pela permanência do subsídio. A Associação também não possui poderes para deliberar sobre greve, o que a impede de ingressar com pedidos de liminar sobre o assunto. Mesmo com essa tensão vivida por todos os servidores da Casa, a ANFIP, por não ter respaldo legal, não orientou seus associados sobre participarem do movimento grevista.

## Ação judicial visa o pagamento dos atrasados

A ANFIP impetrou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar objetivando assegurar o restabelecimento do Bônus de Eficiência e Produtividade aos associados que tiveram o seu pagamento suspenso pelo Tribunal de Contas da União (TCU), por ocasião da homologação de suas aposentadorias e que tinham ingressado com pedido de reexame junto ao Tribunal. O processo tramita na 14ª Vara Federal Cível da SJDF.

**Histórico** – Logo após a suspensão geral do pagamento do Bônus em 2017, houve julgamento em sessão plenária do TCU com restabelecimento do pagamento, ficando, entretanto, acordado que, em casos concretos de homologação de aposentadorias, os valores poderiam ser suspensos após avaliação da Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip/TCU).

Nestes casos, foram apresentados Pedidos de Reexame junto ao TCU, tendo a ANFIP oficiado a Cogep/MF dando conhecimento desses pedidos e solicitando que fosse cumprido o seu efeito suspensivo nos termos dos arts. 285 c/c 286 do Regulamento Interno do TCU. Porém, para alguns associados o pagamento dos valores atrasados não foi restabelecido de imediato. Por essa razão, foi impetrado MS para pagamento dos atrasados requerendo, inclusive, que os efeitos financeiros se deem sem óbice do teto remuneratório.

## Vitória em ações da licença prêmio



A ANFIP informa que iniciou os procedimentos para o cumprimento de sentença relacionadas aos grupos 3º e 9º das ações de conversão de licença prêmio em pecúnia, com trânsito em julgado. Os demais aguardam finalização dos trâmites processuais.

Os associados contemplados nas ações desses grupos devem receber, nos próximos dias, ofício do Setor Jurídico da ANFIP para encaminhamento dos documentos necessários à autorização dos procedimentos de cumprimento de sentença.

## Reforma Tributária Solidária conquista espaço



O presidente Floriano Martins de Sá Neto esteve, no dia 15/6, com o presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Wellington Leonardo da Silva, para fazer a entrega oficial do livro Reforma Tributária Necessária: Diagnóstico e Premissas e solicitar apoio na divulgação.

O presidente do Cofecon destacou a relevância do trabalho da entidade e garantiu apoio. “Vamos enviar um exemplar do livro para cada conselho regional e propor a realização de reuniões e seminários para disseminar o estudo nos estados”, enfatizou Wellington Leonardo.

**Classe empresarial** - A ANFIP está agendando reuniões com entidades e instituições para parcerias que

proporcionem o debate sobre a Reforma Tributária Solidária. Como parte desta estratégia, o presidente Floriano Sá Neto abriu o debate com a classe empresarial do Distrito Federal, dia 20/6, em um café da manhã de negócios com mais de 40 empresários de inúmeros segmentos e de diferentes portes empresariais.

“É muito importante incluirmos o tema da reforma tributária no nosso meio empresarial e agradecemos muito o trabalho da ANFIP. Estamos em um ano eleitoral e precisamos ver quem de fato está levando este assunto a sério”, enfatizou Carlos Eduardo Teixeira, presidente da associação Fortifica DF, que reúne empresários da região.

## Reunião da Auditoria com deputado

A vice-presidente Executiva, Sandra Tereza Paiva Miranda, participou no dia 20/6 de reunião com o presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Renato Molling (PP-RS). O encontro tratou do requerimento para a realização

de audiência pública sobre o PLP 459/2017, da Securitização de Créditos. A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli, também esteve presente. O deputado agradeceu o encontro e se comprometeu a marcar a audiência pública para julho.

## ANFIP participa de debate do MCCE

A ANFIP participou no dia 20/6 da reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), na sede do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea). A entidade foi representada pelas vice-presidentes Ilva Franca (Assuntos Parlamentares) e Marluce do

Socorro Soares (Política Salarial). No encontro, foram discutidos assuntos como as Eleições 2018, o desenvolvimento da campanha Unidos Contra a Corrupção e Transparência Internacional, além da apresentação da pesquisa do Instituto Ethos Conformidade Legal Fornecedores de Produtos e Serviços e Partidos Políticos.

## Encontro ordinário do Mosap

O vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, participou no dia 12/6 da reunião ordinária no Instituto Mosap, para recepcionar e saudar o retorno de Ildebrando Zoldan,

um dos fundadores da Entidade, além de discutir assuntos gerais, como a ação judicial sobre o reajuste anual dos servidores públicos, que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

## Encontro com blogueiros e mídias alternativas



A Reforma Tributária Solidária foi apresentada, no dia 7/6, a jornalistas, blogueiros e profissionais das mídias alternativas durante coletiva realizada pelo Centro de Estudos Barão de Itararé, em São Paulo. O presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, esclareceu que o projeto objetiva corrigir as injustiças do sistema de imposto do Brasil, possibilitando o desenvolvimento econômico e o combate às desigualdades sociais. “Nossa proposta não é simplesmente uma reforma tributária, é uma revolução tributária. Está sendo construída junto a vários especialistas, acadêmicos e vamos discuti-la com a sociedade também”, afirmou o presidente.

O vídeo da coletiva está disponível na página da ANFIP no Facebook (@anfip.nacional).

## Benefícios

### Plano odontológico exclusivo

Com menos de um R\$ 1 ao dia\*, os associados da ANFIP podem conquistar segurança para toda a família. A ANFIP fechou parceria com a operadora OdontoGroup, que oferece plano odontológico completo, com mais de 200 procedimentos inclusos, sem limite de utilização, além de atendimento de urgência 24h por dia, todos os dias e em todo território nacional. Os planos contam ainda com uma ampla rede credenciada com mais de 900 especialistas cadastrados e distribuídos nas principais capitais do país. Ficou interessado? Acesse a página restrita e confira em convênios.

\* Valor referente ao Plano Odontoclínico com pagamento via desconto em folha, dividido por 30 dias.

## ANFIP no 37º Congresso Brasileiro de Previdência Social

As conquistas constitucionais e as ameaças de desmonte da Previdência Social. Esse foi o tema abordado pelo presidente da ANFIP, Floriano Martins de Sá Neto, dia 18/6, durante palestra na abertura do 37º Congresso Brasileiro de Previdência Social, que aconteceu em São Paulo, sob a coordenação do professor Wladimir Novaes Martinez, da LTR Editora.

Floriano Sá Neto avaliou que, se houve algo de positivo na “década perdida”, foi a busca dos movimentos sociais por um reordenamento do Estado, pautado em políticas sociais, na defesa da democracia, no crescimento econômico e em políticas sociais. “Há 30 anos a Seguridade ocupa um dos principais capítulos da Carta Magna, sendo a saúde, previdência e assistência social de responsabilidade dos poderes públicos, dirigidas ao alcance de objetivos básicos de uma sociedade democrática, voltada ao bem-estar e à justiça social”, explicou.

No entanto, mesmo com as proteções sociais garantidas na Constituição Federal de 1988, o presidente da ANFIP lamenta que “em vez de estarmos lutando pela ampliação dos direitos, ainda lutamos pela preservação desses mesmos direitos”. Ele citou como exemplo as constantes ameaças aos direitos por meio das Emendas Constitucionais (EC) nº 20/88 (aumento da idade média de concessão do benefício, com extensão do período contributivo); nº 41/03 (alteração no cálculo do benefício previdenciário com



efeitos apenas para os servidores públicos); nº 95 (PEC do “Teto de Gastos”); e a PEC 287/16, da reforma da Previdência.

Floriano Sá Neto ainda criticou a recente reforma trabalhista, que afeta, inclusive, a Previdência Social: “A reforma trabalhista vai deteriorar a proteção social ao trabalho e terá reflexos deletérios também sobre a Previdência Pública, na medida em que poderá afetar as bases de financiamento do sistema e, principalmente, reduzir o grau

de proteção aos cidadãos”.

Felizmente, segundo ele, existe uma reforma que enfrenta as profundas desigualdades sociais no Brasil, que é a reforma do sistema tributário. “Essa é a mãe de todas as reformas. Pela dimensão e importância, ela é urgente e prioritária. Uma mudança necessária, pautada na retomada dos princípios da equidade, da progressividade e da capacidade contributiva”, afirmou.

## Seguridade Social é pauta de audiência no Senado

A Seguridade Social nos 30 anos da Constituição Federal. Esse foi o tema da audiência pública realizada dia 14/6, no Senado Federal. O debate, que contou com a participação do vice-presidente de Assuntos de Seguridade Social da ANFIP, Décio Bruno Lopes, aconteceu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS), a audiência enfatizou a importância de se debater a Seguridade Social no país. Décio Lopes apresentou um histórico do sistema desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, e destacou o trabalho realizado pela ANFIP ao longo dos anos.

Durante a audiência, o vice-presidente alertou os participantes sobre o Projeto de



Lei Complementar número 129, que está tramitando no Congresso. “É um projeto que dispõe sobre a redução da decadência, que hoje é de cinco anos de acordo com o Código Tributário Nacional, passando para apenas dois anos. Isso também se aplicaria às contribuições da Previdência. É uma surpresa para todos nós. É querer que não se pague mais nada nesse país”, esclareceu Décio, solicitando o empenho

de todos para impedir essa aprovação.

O vice-presidente da ANFIP encerrou a sua participação questionando sobre o Brasil que buscamos. “É preciso definir o Estado que se quer. De bem-estar social, conforme prevê a nossa Constituição Federal, ou um Estado de miserabilidade? Um Estado de justiça e solidariedade ou um Estado de exclusão social?”, instigou.

## No seu Estado

### PB: Olha o arraiaí!



A Apfip reuniu seus associados e familiares, no dia 16/6, para um almoço/forró em sua sede para comemorar as festas juninas. A tarde foi animada pelo autêntico forró pé de serra que trouxe muita alegria e descontração a todos os participantes.

### PE: Viva São João



A Asfipe realizou no dia 15/06 a sua tradicional festa de São João, no ritmo do verdadeiro forró pé de serra. Foram homenageados na ocasião os aniversariantes do semestre, com distribuição de presentes.

### MG: 50 anos da ANFIP-MG



Um evento memorável, à altura da importância da ocasião. Assim foi a solenidade de comemoração dos 50 anos da ANFIP-MG, realizada no dia 15/6, no Châteu Belvedere, em BH. Associados, ex-presidentes, conselheiros e convidados se confraternizaram em grande estilo.

### CE: Encontro com o Associado



A Acefip promoveu dia 22/6 o Encontro com o Associado, seguida de confraternização com os aniversariantes de abril, maio e junho, e da tradicional Festa Junina. Na oportunidade, os colegas Caubi Castelo Branco e Paulo Régis Arcanjo Paulino falaram sobre o Fórum Internacional Tributário. Ainda foi tratado o Projeto ANFIP do Futuro.

### SP: Festa Junina



A Apafisp promoveu no dia 22/6 sua Festa Junina. A vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, o vice-presidente de Serviços Assistenciais, Ariovaldo Cirelo, e a presidente da Estadual, Maria Beatriz Fernandes prestigiaram as comemorações.

### RJ: Festa conjunta em Niterói



A Afiperj (Estadual da ANFIP no Rio de Janeiro), a DS/Niterói e a Unafisco participaram no dia 30/06, em Charitas, Niterói (RJ), de uma grande festa junina conjunta. O evento reuniu associados num momento de integração e confraternização.

### AM: Ministério da fazenda



A vice-presidente Executiva da ANFIP, Sandra Tereza Paiva Miranda, e a vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário, Valdenice Seixas Elvas, participaram no dia 26/6 da solenidade de inauguração do Complexo Administrativo do Ministério da Fazenda em Manaus (AM). Também estiveram presentes o deputado estadual Serafim Corrêa, Auditor Fiscal aposentado; o chefe do SEORT/AM, Severino Cavalcante; o delegado da RFB, Leonardo Frota; e o presidente da Anfip/AM, Miguel Nôvo.

### PI: Seminário RTS



Teresina recebeu dia 14/6 o seminário "Reforma Tributária Solidária - A Reforma Necessária", que debateu a necessidade de reestruturação do atual modelo tributário brasileiro. Participaram do evento o presidente da ANFIP, Floriano Sá Neto, e o diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais da Fenafisco, Francelino das Chagas.

### RS: Novo Conselho



A AAgafisp, Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul, tem nova diretoria, eleita para o biênio 2018/2020. O mandato começou a valer no dia 1º de junho de 2018 e se encerra em 30 de maio de 2020. Assume a presidência Dulce Wilennbring de Lima. A composição completa está na página da ANFIP na internet.

## Audiência pública debate Geap



O vice-presidente de Assuntos Fiscais da ANFIP, Vanderley José Maçaneiro, participou no dia 26/6 de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal para debater a saúde pública, SUS e planos de saúde.

O debate teve foco nos planos de saúde privados e na situação da Geap. Maçaneiro ressaltou que a Geap é patrimônio dos trabalhadores, especificamente dos servidores públicos, responsáveis por 85% das receitas da instituição. Mesmo com a expressiva contribuição dos servidores, é da União a indicação de quem assume a presidência da operadora, com voto de minerva. “A composição dos cargos de administração [diretoria e conselho] deveria respeitar a proporcionalidade de seu financiamento”, frisou.

Maçaneiro também questionou os representantes do governo federal sobre a alta rotatividade nos cargos de administração das operadoras de planos de saúde, uma vez que fica inviável a

implementação de ações com a troca constante de gestores. “Foram nove presidentes em três anos”, disse. “É possível desenvolver um planejamento a longo prazo com tanta troca de comando?”, questionou.

O vice-presidente expressou ainda preocupação quanto aos excessivos aumentos dos últimos três anos. “Para nós assistidos é preocupante. Eu sou assistido há 31 anos. Em fevereiro de 2015 minha contribuição era de R\$ 606,80. Hoje, em fevereiro de 2018, é de R\$ 1.602,04”, enfatizou. Segundo apontou, foram 164% de aumento. “É preocupante”, disse.

Ao final, Maçaneiro expôs que a falta de interesse dos governantes com a gestão e financiamento da Geap está afetando diretamente a saúde do servidor público, que acaba sofrendo com uma assistência muito aquém de suas necessidades. “Com saúde não se brinca. Conclamamos todas as entidades a chamarem para si a gestão deste patrimônio, que é nosso, os verdadeiros donos”, enfatizou.

## Seminário tira dúvidas sobre a Funpresp



As Diretorias Executivas da Funpresp-Executivo e Funpresp-Judiciário realizaram dia 11/6, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em Brasília, o seminário “A Previdência Complementar dos Servidores Públicos”. O vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Décio Bruno Lopes, representou a ANFIP no encontro.

O evento foi uma oportunidade para que os servidores públicos tirassem suas dúvidas sobre o Regime de Previdência Complementar e sobre a Fundação

de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Foi apresentado o caráter complementar e facultativo do fundo, bem como sua importância para manter a qualidade de vida do trabalhador após a aposentadoria.

Na cerimônia de abertura compuseram a mesa a atual ministra e presidente do STJ, Laurita Hilário Vaz, o ministro e vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, José Antonio Dias Toffoli e o diretor-presidente da Funpresp-Exe, Ricardo Pena.

## Sigilo Fiscal em pauta

Com intuito de debater sobre os limites do sigilo fiscal na perspectiva da iniciativa pública e privada, o Sindifisco Nacional realizou o seminário O Sigilo Fiscal no Brasil. O encontro foi realizado de 18 a 19 de junho, em Brasília (DF), e contou com a presença do vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da ANFIP, Cesar Roxo Machado, e da presidente da Fundação ANFIP, Aurora Maria Miranda Borges.

Durante o encontro, foi realizada a apresentação do parecer sobre o sigilo fiscal, produzido com a participação do coordenador de assuntos Fiscais da FGV e professor de direito, Eurico Marcos Diniz de Santi, e do professor de direito da FGV de São Paulo, André Rodrigues Corrêa, além da presença de debatedores como a diretora da Natura, Kássia Reis, e do advogado Luiz Roberto Peroba Barbosa.

Eurico de Santi ressaltou o caráter coletivo do seminário que, segundo ele, foi construído com o apoio de muitos especialistas. André Corrêa se aprofundou no tema do sigilo fiscal, que é a proteção às informações fiscais prestadas pelos contribuintes, assegurado constitucionalmente.

## Lançada Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora

O presidente da ANFIP, Floriano Sá Neto, e a vice-presidente de Assuntos Parlamentares, Ilva Franca, acompanharam o lançamento oficial da Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora, ocorrido dia 6/6, em São Paulo.

Sob a coordenação do Dieese, o documento apresenta 22 propostas para o desenvolvimento econômico do país, com criação de empregos e valorização do trabalho. Conta com a participação das centrais sindicais: CTB, CUT, CSB, Força Sindical, Nova Central, Intersindical e UGT.

Durante o ato de lançamento, o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, explicou as diretrizes da proposta e informou que o documento será entregue aos candidatos nas eleições de 2018 e aos parlamentares da atual Legislatura.



SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP  
Brasília / DF - CEP: 70040-907  
Telefones: (61) 3251-8100 | Gratuito: 0800 701-6167  
Email: [info@anfip.org.br](mailto:info@anfip.org.br)